Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP
CMUHE042675

ZANCHETTA, Diego. Greve de 47 dias acaba, mas não no Mário Gatti: segunda paralisação de servidores mais longa da história de Campinas termina depois de conflitos, disputas políticas e reajuste zero. Correio Popular, Campinas, 1º jul. 2003.

DIEGO ZANCHETTA
Da Agência Anhangüera
diego@rac.com.br

Após 47 dias, a greve dos servidores municipais de Campinas terminou ontem. No entanto, parte dos funcionários do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, principal foco de resistência durante toda a paralisação, promete continuar parada em repúdio ao reajuste zero proposto pela Administração Izalene Tiene (PT). Ontem, após a Prefeitura cumprir o prometido desconto dos dias parados no salário dos grevistas, cerca de 150 enfermeiros e médicos da unidade que deveriam assumir o turno das 7h às 19h boicotaram a troca com a equipe da noite, o que levou caos ao serviço. A espera média do atendimento aos pacientes chegou a quatro horas (*leia texto abaixo*).

Funcionários do hospital municipal ameaçam manter paralisação

A direção do Mário Gatti promete abrir processo administrativo, ético e jurídico por omissão de socorro contra os servidores que não voltarem ao trabalho hoje nos setores de urgência e de emergência do hospital. Mesmo com o impasse, os profissionais que permaneceram em seus postos ontem após 12 horas de trabalho garantiram o atendimento dos casos mais graves e das cirurgias marcadas com antecedência. "Espero que prevaleça o bom senso entre os servidores", afirmou Adail de Almeida Rollo, presidente do Mário Gatti.

O tumulto ontem na maior unidade médica municipal do Interior do Estado, com 1,4 mil funcionários, está longe de ter sido o último capítulo da conturbada novela em que se transformou a greve do funcionalismo em Campinas. Após a assembléia que deliberou ontem à tarde pela suspensão do movimento, cerca de 400 grevistas, com o apoio do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas, definiram ações estratégicas para ampliar a campanha "Izalene é zero" junto à população e em todos os setores da Administração.

A perseguição em locais públicos à prefeita e aos secretários municipais, promovida há mais de uma semana pelos sindicalistas, agora tem até uma comissão permanente, batizada de "Comando de Caça à Izalene" (*leia texto nesta página*).

Paralela às ações que prometem manter os ataques contra o atual governo, o PCdoB, partido que integra a base de sustentação da do governo Izalene e braço político do Sindicato dos Servidores, abriu uma sindicância interna que poderá resultar na expulsão dos sindicalistas que estão promovendo ataques à prefeita, segundo apurou a reportagem (*leia texto ao lado*). A prefeita Izalene, por intermédio de sua assessoria de imprensa, não retornou as ligações da reportagem para comentar o fim da greve dos servidores públicos.

CAMPANHA

Os piquetes realizados pelos grevistas no Paço Municipal durante quase um mês e a intransigência da Prefeitura em não dialogar com os sindicalistas geraram o impasse que transformou a campanha salarial dos servidores na segunda maior greve da história de Campinas. Em 1999, a mesma categoria parou 55 dias durante o governo Chico Amaral (então no PPB e hoje no PMDB). Durante o governo Jacó Bittar (então no PT, hoje no PSB), em 1990, a paralisação do funcionalismo durou 44 dias.

A greve também foi a terceira consecutiva durante a atual Administração do PT. Em 2001, com o prefeito morto Antonio da Costa Santos (PT), mesmo sem reajuste os servidores pararam apenas seis dias. No ano seguinte, já com Izalene no poder, a paralisação durou 16 dias e o reajuste foi de 16,75%, concedido em duas parcelas – 12% em maio de 2002 e 4,75% em janeiro de 2003.

COMO FOI

Este ano, a indignação com o reajuste zero oferecido pelo governo, sem espaço para negociações, levou quase metade dos 20 mil servidores da cidade a apoiarem as duas primeiras semanas da campanha salarial, deflagrada no dia 14 de maio. Mas o movimento se esvaziou após a Central Única dos Trabalhadores (CUT) deixar de fazer a intermediação das negociações entre o sindicato e o governo municipal, no dia 6 de junho. A proposta de reconhecimento de 14,45% de perdas construída pela entidade sindical, com revisão salarial a partir de novembro, foi recusada pelos grevistas.

Nas últimas três semanas, com os trabalhadores sem perspectivas de obter aumento, o foco de resistência da greve se transformou em um instrumento partidário para atacar a prefeita Izalene, inclusive com a colaboração dos partidos de oposição ao governo, como PSTU, PSDB e PMDB, conforme o **Correio** mostrou no último domingo. "A greve desmascarou a demagogia que reina na Administração do PT", resumiu o sindicalista Marionaldo Macial.

FotosNeriveltonAraújo/AAN

Funcionários do Mário Gatti prometem manter a paralisação: confusão e disputa judicial